



REDAÇÃO

Como um(a) aluno(a) do Ensino Médio interessado(a) em questões da atualidade, você leu o artigo “Iguais diante da lei?”, abaixo reproduzido. Sentindo-se desafiado(a) pelos argumentos defendidos no texto, você decidiu escrever uma carta para a Seção do Leitor do jornal Folha de S. Paulo. Em sua carta, discuta a opinião que Hélio Schwartzman expressa sobre a criminalização da homofobia no Brasil, apresentando argumentos em defesa de um ponto de vista sobre a questão.

Iguais diante da lei?

As proteções que a legislação dá a negros e outros grupos mencionados na lei nº 7.716 devem ser estendidas a homossexuais?

Conceitualmente, não vejo espaço para dúvidas. Se é errado discriminar alguém pela cor da pele, religião, nacionalidade ou grupo étnico, também o é fazê-lo em virtude de sua orientação sexual. Não tenho dificuldade em aceitar a ampliação de direitos pela via jurisprudencial. Não poderia ter sido mais acertada a decisão do Supremo que equiparou os direitos de casais homossexuais aos de heterossexuais, abrindo caminho para o casamento gay.

O problema de fundo [deste julgamento](#) é que não estamos aqui tratando de direitos civis, mas de legislação criminal. Como a privação da liberdade é um dos castigos mais graves que o Estado pode impor, a maioria dos doutrinadores entende que tipos penais jamais podem ser criados por tribunais, exigindo sempre um ato do Legislativo. É um argumento forte. Estou curioso para ver como os ministros resolverão essa quadratura do círculo.

Isto dito, devo afirmar que compreendo, mas não gosto da estratégia do movimento gay e de outros grupos de esquerda de levar a legislação penal para o terreno identitário. Não é por falta de tipos penais que os assassinatos de gays, por exemplo, não são contidos.

No Brasil, matar um homossexual só pelo fato de ele ser homossexual configura homicídio doloso qualificado (motivo fútil), com pena de até 30 anos de reclusão, a maior admitida no país. Se a repressão à violência contra gays é tibia, o problema não está na ausência de lei, mas em outras engrenagens do sistema, como polícia, MP e juízes.

Ao advogar por legislações específicas para grupos, em vez de formulações universais, a esquerda erode a mensagem mais esquerdista de todos os tempos, que é a de que somos todos seres humanos, iguais diante da lei.

Hélio Schwartzman. Jornalista, foi editor de Opinião. É autor de "Pensando Bem...". Opinião. A2. Folha de S. Paulo. 20 de março de 2019.